



Número: **0608355-49.2022.6.26.0000**

Classe: **PROPAGANDA PARTIDÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Gabinete do Desembargador do Tribunal Regional Federal**

Última distribuição : **25/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Veiculação de Propaganda Partidária - Em Inserções**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB - ESTADO DE SÃO PAULO (REQUERENTE)	
	MATHEUS ALVES CAPRA (ADVOGADO) EVERTON GABRIEL MONEZZI (ADVOGADO) FLAVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (ADVOGADO)

Outros participantes	
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65003423	29/11/2022 14:41	Decisão	Decisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROPAGANDA PARTIDÁRIA (11536) Nº 0608355-49.2022.6.26.0000 (PJe) - São Paulo - SÃO PAULO

RELATOR: DESEMBARGADOR SÉRGIO NASCIMENTO

REQUERENTE: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB - ESTADO DE SÃO PAULO

Advogados do(a) REQUERENTE: MATHEUS ALVES CAPRA - SP460630, EVERTON GABRIEL MONEZZI - SP206144, FLAVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA - SP131364-A

DECISÃO Nº 1586

Trata-se de pedido formulado pelo **PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB DO ESTADO DE SÃO PAULO**, no qual requer a concessão do tempo de Propaganda Partidária gratuita no rádio e na televisão, na modalidade de inserções regionais, para o primeiro semestre de 2023, nos termos dos artigos 50-A e seguintes, da Lei nº 9.096/95 (ID nº 64685217).

O requerente apresentou as datas e o número de inserções a serem veiculadas.

Requer “(...) a formação de cadeia estadual de rádio e televisão para sua propaganda partidária no primeiro semestre de 2023, nos dias 13, 15, 17, 27, 29 e 31 de março de 2023, respeitado o seguinte plano de mídia (...)” (ID nº 64685217).

A Secretaria Judiciária, por intermédio da Coordenadoria de Partidos Políticos e Execução de Julgados - Seção de Partidos Políticos, prestou as necessárias



informações sobre a legislação aplicada à matéria, os documentos juntados e o pedido (ID nº 64900670).

A d. Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo deferimento do pedido (ID nº 64983309).

É o relatório.

Em princípio, ressalto que a Lei nº 13.487/17 revogou os artigos 45, 46, 47, 48 e 49 e o parágrafo único do artigo 52, da Lei nº 9.096/95, que tratavam da propaganda partidária. No entanto, foi publicada, posteriormente, a Lei nº 14.291/22, a qual novamente alterou a Lei dos Partidos Políticos a fim de restabelecer a referida modalidade de propaganda.

Com a vigência da referida Lei nº 14.291/22, passou a prever a Lei nº 9.096/95, no artigo 50-A e seguintes:

“Art. 50-A. A propaganda partidária gratuita mediante transmissão no rádio e na televisão será realizada entre as 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) e as 22h30 (vinte e duas horas e trinta minutos), em âmbito nacional e estadual, por iniciativa e sob a responsabilidade dos respectivos órgãos de direção partidária.

§ 1º As transmissões serão em bloco, em cadeia nacional ou estadual, por meio de inserções de 30 (trinta) segundos, no intervalo da programação normal das emissoras.

§ 2º O órgão partidário respectivo apresentará à Justiça Eleitoral requerimento da fixação das datas de formação das cadeias nacional e estaduais.

§ 3º A formação das cadeias nacional e estaduais será autorizada respectivamente pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais, que farão a necessária requisição dos horários às emissoras de rádio e de televisão.

§ 4º A critério do órgão partidário nacional, as inserções em redes nacionais poderão veicular conteúdo regionalizado, com comunicação prévia ao Tribunal Superior Eleitoral.

§ 5º Se houver coincidência de data, a Justiça Eleitoral dará prioridade ao partido político que apresentou o requerimento primeiro.

§ 6º As inserções serão entregues às emissoras com a antecedência mínima acordada e em mídia com tecnologia compatível com a da emissora recebedora.



§ 7º As inserções a serem feitas na programação das emissoras serão determinadas:

I - pelo Tribunal Superior Eleitoral, quando solicitadas por órgão de direção nacional de partido político;

II - pelo Tribunal Regional Eleitoral, quando solicitadas por órgão de direção estadual de partido político.

§ 8º Em cada rede somente serão autorizadas até 10 (dez) inserções de 30 (trinta) segundos por dia.

§ 9º As inserções deverão ser veiculadas pelas emissoras de rádio e de televisão no horário estabelecido no caput, divididas proporcionalmente dentro dos intervalos comerciais no decorrer das 3 (três) horas de veiculação, da seguinte forma:

I - na primeira hora de veiculação, no máximo 3 (três) inserções;

II - na segunda hora de veiculação, no máximo 3 (três) inserções;

III - na terceira hora de veiculação, no máximo 4 (quatro) inserções.

§ 10. É vedada a veiculação de inserções sequenciais, observado obrigatoriamente o intervalo mínimo de 10 (dez) minutos entre cada veiculação.

§ 11. As inserções serão veiculadas da seguinte forma:

I - as nacionais: nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados;

II - as estaduais: nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras.

Art. 50-B. O partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar propaganda partidária gratuita mediante transmissão no rádio e na televisão, por meio exclusivo de inserções, para:

I - difundir os programas partidários;

II - transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, os eventos com este relacionados e as atividades congressuais do partido;

III - divulgar a posição do partido em relação a temas políticos e ações da sociedade civil;

IV - incentivar a filiação partidária e esclarecer o papel dos partidos na democracia brasileira;

V - promover e difundir a participação política das mulheres, dos jovens e dos negros.

§ 1º Os partidos políticos que tenham cumprido as condições estabelecidas no § 3º do art. 17 da Constituição Federal terão assegurado o direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão, na proporção de sua bancada eleita em cada eleição geral, nos seguintes termos:



I - o partido que tenha eleito acima de 20 (vinte) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 20 (vinte) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais;

II - o partido que tenha eleito entre 10 (dez) e 20 (vinte) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 10 (dez) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais;

III - o partido que tenha eleito até 9 (nove) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 5 (cinco) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas redes estaduais.

§ 2º Do tempo total disponível para o partido político, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à promoção e à difusão da participação política das mulheres.

§ 3º Nos anos de eleições, as inserções somente serão veiculadas no primeiro semestre.

§ 4º Ficam vedadas nas inserções:

I - a participação de pessoas não filiadas ao partido responsável pelo programa;

II - a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos, bem como toda forma de propaganda eleitoral;

III - a utilização de imagens ou de cenas incorretas ou incompletas, de efeitos ou de quaisquer outros recursos que distorçam ou falseiem os fatos ou a sua comunicação;

IV - a utilização de matérias que possam ser comprovadas como falsas (fake news);

V - a prática de atos que resultem em qualquer tipo de preconceito racial, de gênero ou de local de origem;

VI - a prática de atos que incitem a violência.

§ 5º Tratando-se de propaganda partidária no rádio e na televisão, o partido político que descumprir o disposto neste artigo será punido com a cassação do tempo equivalente a 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o tempo da inserção ilícita, no semestre seguinte.

§ 6º A representação, que poderá ser oferecida por partido político ou pelo Ministério Público Eleitoral, será julgada pelo Tribunal Superior Eleitoral quando se tratar de inserções nacionais e pelos Tribunais Regionais Eleitorais quando se tratar de inserções transmitidas nos Estados correspondentes.

§ 7º O prazo para o oferecimento da representação prevista no § 6º deste artigo encerra-se no último dia do semestre em que for veiculado o programa



impugnado ou, se este tiver sido transmitido nos últimos 30 (trinta) dias desse período, até o 15º (décimo quinto) dia do semestre seguinte.

§ 8º Da decisão do Tribunal Regional Eleitoral que julgar procedente a representação, cassando o direito de transmissão de propaganda partidária, caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, que será recebido com efeito suspensivo.

Art. 50-C. Para agilizar os procedimentos, condições especiais podem ser pactuadas diretamente entre as emissoras de rádio e de televisão e os órgãos de direção do partido, obedecidos os limites estabelecidos nesta Lei, dando-se conhecimento ao Tribunal Eleitoral da respectiva jurisdição.

Art. 50-D. A propaganda partidária no rádio e na televisão fica restrita aos horários gratuitos disciplinados nesta Lei, com proibição de propaganda paga”.

A referida matéria também está regulamentada na Resolução TSE nº 23.679/2022 e pela Portaria TSE nº 85.

No presente caso, constata-se que a agremiação requerente cumpre todos os requisitos para o deferimento do pedido, dentre os principais: (a) tempestividade (pedido protocolado no PJe em 01/11/2022); (b) período correto a serem divulgadas as inserções (1º semestre de 2023); (c) cumprimento da cláusula de desempenho e eleição de deputados federais na quantidade devida (no caso, 13 deputados); e (d) tempo requerido (10 minutos). Ainda, não constou qualquer penalidade de cassação de tempo imposta à agremiação.

Assim, defiro o pedido nos seguintes termos:

Dia 13 de março de 2023 (segunda-feira): 3 (três) inserções de 30 (trinta) segundos;

Dia 15 de março de 2023 (quarta-feira): 4 (quatro) inserções de 30 (trinta) segundos;

Dia 17 de março de 2023 (sexta-feira): 3 (três) inserções de 30 (trinta) segundos;

Dia 27 de março de 2023 (segunda-feira): 3 (três) inserções de 30 (trinta) segundos;

Dia 29 de março de 2023 (quarta-feira): 4 (quatro) inserções de 30 (trinta) segundos;

Dia 31 de março de 2023 (sexta-feira): 3 (três) inserções de



30 (trinta) segundos.

Além disto, saliente-se que, nos termos do artigo 12 da Resolução TSE nº 23.679/22, *“Incumbe ao órgão partidário ao qual for deferido o direito de veicular inserções comunicar às emissoras que escolher, com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data designada para a primeira veiculação, seu interesse em que sua propaganda partidária seja por elas transmitida”*, observando-se o disposto nos §§ 1º e 2º do referido dispositivo legal e artigos subsequentes constantes da citada resolução.

Outrossim, deve ser cumprido o disposto no artigo 17 da Resolução em comento:

“Art. 17. Até 5 (cinco) dias após a primeira veiculação de cada peça de propaganda partidária, os partidos políticos deverão juntar aos autos do processo respectivo, no PJe, arquivo com o conteúdo da inserção.

§ 1º Os arquivos contendo as inserções ficarão disponíveis na consulta pública do PJe, de modo a possibilitar a posterior fiscalização de seu teor pelos(as) legitimados(as) para propor a representação por irregularidade na propaganda partidária.

§ 2º Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a relatora ou o relator, de ofício ou mediante requerimento, expedirá ordem para que o presidente do órgão partidário responsável promova a juntada dos arquivos de mídia, sob pena de responder por crime de desobediência”.

Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido inicial de transmissão de propaganda político-partidária gratuita, na forma de inserções estaduais, em emissoras de rádio e televisão, para o primeiro semestre de 2023, concedendo ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 50-B, § 1º, II, da Lei nº 9.096/95, a serem veiculadas na forma da relação acima exposta.

São Paulo, data da assinatura digital.

Sérgio Nascimento

Relator

